

Violência política em tempo de guerra: a Exposição de Material Nazista

Political violence in the time of war

Marlene de Fáveri¹

Resumo: Este artigo trata da Exposição de Material Nazista organizada pelo Departamento de Ordem Política e Social de Santa Catarina nos anos de 1942 e 1943, quando o Brasil declarava guerra aos países do Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial. Mostra a violência com que a Polícia Política tratava as populações originárias da Itália e da Alemanha, países então considerados “inimigos da pátria brasileira” durante a vigência do estado de guerra. Fala das apreensões de objetos que remetiam à cultura daqueles países e de materiais que evidenciavam a presença de partidários do nazismo e do fascismo no estado de Santa Catarina. Trata também da montagem de uma exposição cujo objetivo era enaltecer o trabalho da Polícia Política e propagar a repulsa do outro e o medo na população.

Palavras-chave: Violência política; Segunda Guerra Mundial; Exposição de Material Nazista.

Abstract: This article explores the Exhibition of Nazi Material organized by the Department of Political and Social Order of Santa Catarina during the years 1942 and 1943, when Brazil declared war against Axis countries during World War II. It shows how violent the political police was to populations originally from Italy and Germany, then considered "Brazilian homeland's enemy" during the period of the state of war. It brings apprehensions of objects which referred to the culture of those countries and materials evidencing the presence of Nazism and Fascism's supporters in the State of Santa Catarina; also approaches how was the set up of an exhibition for praising the work of the political police and spreading the repulse of other individuals and fear into the communities.

Keywords: Violent policies; Second World War; Exhibition of Nazi Material.

Era o ano de 1942, dia 25 de julho, um sábado. Em uma das salas da Delegacia de Ordem Política e Social, em Florianópolis, autoridades e outras pessoas convidadas chegavam para visitar a Exposição de Material Nazista, organizada pela Polícia Política. O jornal *Diário da Tarde*, de Florianópolis, no dia 28 de agosto de 1942, destacava, em primeira página: “Inaugurada a Exposição de Material de Propaganda Nazista”, citando-a como:

[...] um repositório impressionante das atividades deletérias dos inimigos da Pátria, na sua faixa criminoso de solapar os sentimentos de brasilidade que animam nosso povo, representando, por outro lado, uma clarinada estridente alertando todos os patriotas a manterem-se vigilantes contra as traições dos quinta-colunistas.

Já o jornal *A Gazeta*, também de Florianópolis, e na mesma data, dava detalhes dos objetos expostos, como “bandeiras, mapas, dísticos, publicações, armas variadas”, com ênfase na apreensão destes objetos, que:

¹ Doutora em História, Professora do Departamento e Programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Projeto: **Violência Política e Gênero: Revisitando a Era Vargas**. PAP – Programa de Apoio à Pesquisa, 08/2017 – 07/2019. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. mfaveri@terra.com.br

[...] demonstram claramente o perigo das manobras que, desde longa data, vem sendo desenvolvidas por determinação do Reich, ao mesmo tempo que oferecem um testemunho frisante da atuação das autoridades catarinenses na sua patriótica campanha de destruir a infiltração nazi-racista (*A Gazeta*, 28 ago. 1942).

Outros órgãos da imprensa seguiam com narrativas efusivas sobre o “grande feito” da polícia política catarinense, denunciando alemães, italianos e descendentes que residiam no Brasil como “inimigos da pátria”, criminosos e traidores, formando representações homogêneas sobre estas populações.

De que materiais falavam estes jornais? A exposição fora montada com objetos recolhidos nos anos anteriores, numa bem planejada campanha de nacionalização, forçada pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) no estado de Santa Catarina. Esses objetos foram trazidos de regiões do interior e também recolhidos em áreas urbanas, em clubes de tiro, em escolas e residências, por fazerem alusões ao nazismo, ao fascismo, ao integralismo, à Alemanha, à Itália, a Hitler, à língua e a outros itens que remetesse à cultura da pátria de origem. Organizado e exposto ao público, esse material tinha o objetivo de mostrar à população o trabalho da força policial na repressão aos simpatizantes do nazismo; reforçar a eficácia da repressão, bem como provocar o medo de uma possível invasão da Alemanha, produzindo, assim, imaginários de guerra iminente.

Durante o século XIX, principalmente após a segunda metade, o Brasil recebeu uma quantidade considerável de imigrantes alemães e italianos que se instalaram em São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, entre outros estados: “Por volta de 1880, cerca de 455 mil desses europeus haviam se instalado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, representando uma parcela significativa dos 3,7 milhões de brancos registrados em 1872” (KLEIN, 1999, p. 22), o que representava em torno de 6% da população brasileira. Em Santa Catarina, uma pequena parcela desses imigrantes ficou no litoral; a maioria instalou-se em colônias, no interior, preservando costumes e tradições. O sentimento de germanidade, por exemplo, expressava-se na manutenção da língua, no sentido de pertencimento a uma etnia e pátria, das manifestações culturais, como os clubes de tiro e as associações religiosas.

Na década de 1930, com a ascensão do nazismo e as pretensões expansionistas de Hitler, o perigo de uma invasão alemã na América do Sul passou a ser considerado possível. Rene Gertz afirma que o temor do “perigo alemão” era justificado e efetivamente existia; porém, com o grau de abasileiramento dos jovens, tanto nas cidades, quanto também nas colônias, o germanismo – *Deutschtum* – estava decaindo nos anos 1920. Conforme o historiador René Gertz, “o principal local de cultivo do germanismo estava nas elites urbanas e seus aliados intelectuais” (GERTZ, 1987, p. 17). No Brasil, vigorava o Estado Novo, e o governante Getúlio

Vargas exercia poderes supremos, com postura nacionalista e autoritária. Em Santa Catarina, o interventor Nereu Ramos alinhava-se com as políticas de nacionalização impostas no país.

No contexto da campanha de nacionalização forçada em Santa Catarina, com mais ênfase a partir de 1938, decretos-lei aplicavam reformas e fiscalização em torno do ensino. Em 1939, foram mais incisivos nas exigências, inclusive cerceando os direitos civis dos pais que não matriculassem os filhos em escolas brasileiras, provocando resistências e estratégias, como o funcionamento de escolas clandestinas em casas particulares (COELHO, 1993, p. 185). Conforme argumenta Neide Fiori, havia uma guerra de denúncias e vigilância num momento em que o “não uso do idioma português era considerado um ato de traição à pátria brasileira, ao mesmo tempo em que falar o idioma estrangeiro qualificava o falante – se a língua era o italiano, tratava-se de um fascista; se era o alemão, estava-se diante de um nazista” (FIORI, 2001, p. 54-55). Decretos governamentais impunham proibições, como a do uso de nomes estrangeiros em ruas, escolas, clubes, núcleos populacionais ou cidades e sugeriam mudança de nomes estrangeiros por nomes brasileiros.

Nos anos finais da década de 1930 e início da década seguinte, foram feitas, pela Polícia Política, expropriações, desapropriações, apreensões de todo material que fizesse qualquer alusão a países ligados ao Eixo Itália-Alemanha-Japão. Nesse contexto de nacionalização do ensino e de obrigatoriedade da língua portuguesa, ocorriam, concomitantemente, ações repressivas, que se marcavam pelo rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, o que ocorreu em janeiro de 1942. A perseguição e a repressão a imigrantes italianos e alemães se fortalecia à medida que se aproximava a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, o que se deu no mesmo ano, precisamente em 22 de agosto de 1942.

Em meio às apreensões de objetos e materiais, o governo Vargas rearticulou o Tribunal de Segurança Nacional. Foi instituído através da lei n. 244, em 11 de setembro de 1936, como um Tribunal de exceção e como instrumento de defesa do Estado, a pretexto de punir os “rebeldes” da Intentona Comunista (novembro de 1935), durando até 1945. Com o golpe do Estado Novo e o Decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938, o presidente da República e o ministro da Guerra estabeleceram artigos com providências penais, definindo novas figuras criminais. O Tribunal de Segurança Nacional julgava os crimes contra a integridade do Estado, contra as instituições e os crimes contra a economia popular (ALVES, 1993)¹. Ana Maria Dietrich, na obra *Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política* (2007), mostra como a da época de Vargas criou mecanismos repressivos, produzindo uma série de documentos com critérios próprios sobre o Partido Nazista.

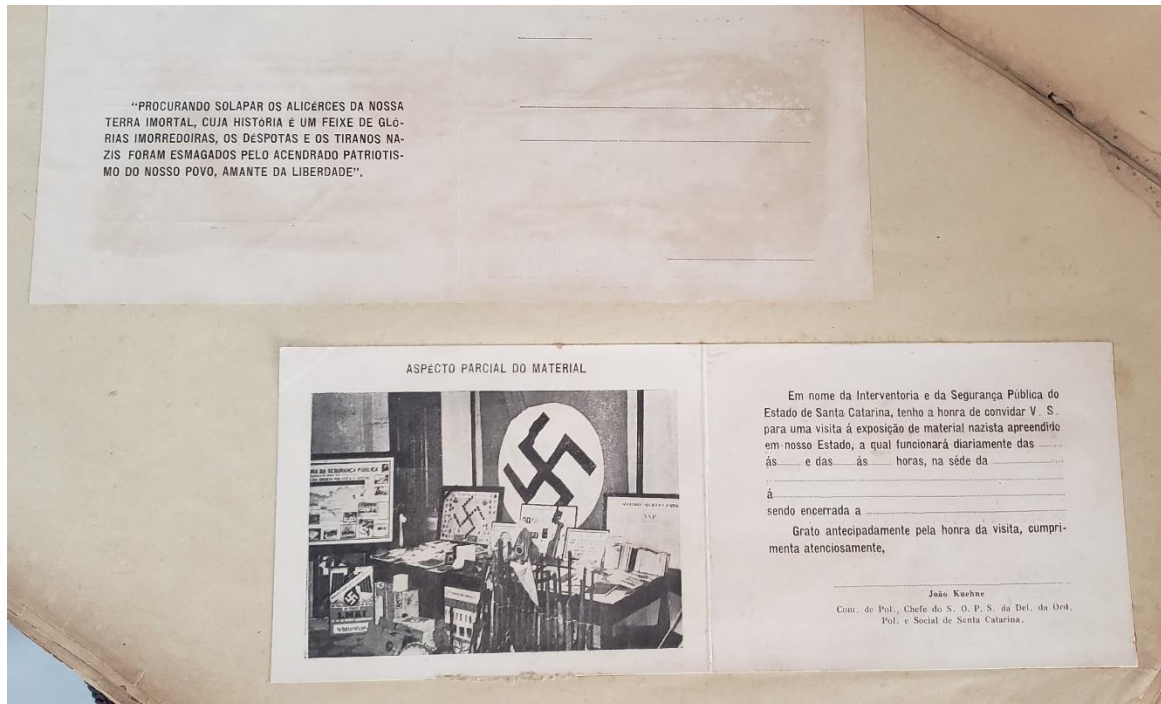
No Brasil, a Seção Brasileira desse partido ligava-se à Alemanha por meio da Organização do Partido Nazista para o Exterior, um órgão do Ministério das Relações Exteriores do III Reich. Em 1937, essa organização mantinha círculos em 17 estados da Federação, com a aspiração principal de “levar a doutrina nacional-socialista aos alemães residentes fora da pátria-mãe e, onde fosse possível, encabeçar organizações de caráter germânico no Brasil, como clubes e consulados” (ATHAIDES, 2018).

Em Santa Catarina, um quadro demonstrativo com nomes e atividades de alemães ligados ao Partido Nazista, no campo de concentração da Trindade, Florianópolis, constam 69 nomes de internos (PERAZZO, 1999, p. 239-244). Nos fichários do Tribunal de Segurança Nacional, constam 6.036 fichas de pessoas incriminadas em Santa Catarina entre 1937 e 1945 (FAVERI, 2004, p. 509), acusadas de professar o nazismo, o integralismo, ou de se manifestar a favor dos países do Eixo, de praticar atos contra a economia popular em tempo de guerra (DALCASTAGNE, 2016) ou, mesmo que inadvertidamente, de falar na língua de origem em público. Tais pessoas eram incriminadas por denúncias de vizinhos, policiais, agentes da Polícia Política.

No contexto da guerra, estratégias de repressão do Estado eram criadas através de leis e decretos, legitimando a perseguição a todo e qualquer estrangeiro, brasileiro naturalizado ou nascido no país que não concordasse com a política ideológica de um Estado que geria a população nos mínimos detalhes, na tentativa de homogeneizar condutas e sentidos. Homens e mulheres foram violentados em seus direitos mais elementares: o direito de ir e vir, o de falar e se expressar; o de se comunicar com os familiares através de correspondências; o de guardar fotografias e objetos da memória familiar; o de enterrar seus mortos e praticar suas crenças religiosas e/ou políticas na língua de origem; o de fazer mudança ou viajar sem autorização, dentre outros, como festejar aniversários ou rezar em língua materna (FAVERI, 2004). Getúlio Vargas aproximara-se dos aliados norte-americanos na bem arquitetada política da “boa vizinhança”, levando a uma acirrada “caça” aos imigrantes e seus descendentes que residiam no país.

As apreensões eram feitas regularmente pelas forças policiais, e os objetos eram trazidos para a sede da Delegacia de Ordem Política e Social, em Florianópolis. A Exposição de Material Nazista foi montada com o material recolhido das casas das pessoas, de clubes, de igrejas, de escolas, e de sedes do Partido Nazista em Santa Catarina. Para a ocasião da inauguração da exposição, em Florianópolis, foi confeccionado um convite, enviado a autoridades e a instituições para a abertura, conforme imagem a seguir (Fig. 1).

Figura 1: Colagem no Álbum Comemorativo da Exposição.



Fonte: Acervo: Marlene de Fáveri.

No conjunto, este convite é muito significativo. Trata-se de um artefato memorialístico produzido a partir de uma imagem do evento ao qual se destinava o convite. Objetos como armas, dísticos, livros didáticos, organograma do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) estão cuidadosamente expostos, com destaque para a suástica. No verso, lê-se a frase: “Procurando solapar os alicerces da nossa terra imortal, cuja história é um feixe de glórias imorredoiras, os déspotas e os tiranos nazis foram esmagados pelo acendrado patriotismo do nosso povo, amante da liberdade”. Não consta autoria; o texto, provavelmente, terá sido redigido para esta finalidade, como podemos ler:

Em nome da Interventoria e da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, tenho a honra de convidar V.S. para a visita á (sic) exposição de material nazista apreendido em nosso Estado, a qual funcionará diariamente das...ás (sic) e das... ás (sic)...horas, na séde da... á (sic)... sendo encerrada a...

Grato antecipadamente pela honra da visita, cumprimenta atenciosamente,

João Kuhene, Com. de Pol.,
Chefe do S.O.P.S. da Ord. Pol.
e Social de Santa Catarina. (Grafia mantida)

Era, como expressa o convite, um acontecimento para mostrar o trabalho de repressão da polícia no estado catarinense. Depreende-se que a intenção era reutilizá-lo em mais ocasiões, com espaços em branco para serem preenchidos.

A Exposição de Material Nazista foi inaugurada em Florianópolis dia 25 de julho de 1942, permanecendo aberta para visitação por duas semanas, até dia 8 de agosto. É relevante destacar que, em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo. Nos meses que antecederam a declaração de guerra a estes países, em 22 de agosto de 1942, a população ouvia diariamente notícias da guerra através de programas de rádio, lia nos jornais notícias de ataques a navios mercantes brasileiros, era informada da infiltração nazista no Brasil e na América do Sul. Essas notícias formavam imaginários de pavor, de uma invasão alemã, de traições à pátria brasileira, de apreensões, de fechamento de escolas e clubes alemães, de prisões, e muito medo do que poderia acontecer no cotidiano.

Entre janeiro de 1942 e maio de 1945, todas as ações do governo e da Polícia Política estavam centradas nos esforços de guerra para conter o avanço do nazismo e do fascismo, representados na imagem do estrangeiro ou de pessoas de descendência dos países ligados ao Eixo. A exposição, portanto, acontecia no calor destes acontecimentos, e a ideia de conspiração passava a ter lugar assegurado e legitimado nas representações que se faziam dos “inimigos da pátria”. Por exemplo, no dia 19 de agosto de 1942, após notícia do torpedeamento de navios brasileiros, a imprensa fez com que se ouvisse pelas estações de rádio, ou lesse o comunicado do Interventor Federal em Santa Catarina, Nereu Ramos:

O governo brasileiro, tendo à frente a impoluta pessoa do presidente Getúlio Vargas, vai castigar, como o merecem, os desumanos torpedeadores de navios mercantes indefesos e os sabotadores da ordem nacional, que não se conformam com o gesto de coragem que nos libertou definitivamente da nefasta influência de seu imperialismo.²

Era um discurso enfático do governante aos patriotas brasileiros, chamando-os à disciplina, à união e à fé, numa unidade nacional contra os “sabotadores da ordem nacional”; três dias depois, o Brasil declarava guerra ao Eixo.

No final do mês de julho e início de agosto, o clima estava tenso e as provocações de um e de outro lado impulsionavam o clima de guerra interna. O imaginário do “perigo alemão” havia sido produzido nas articulações dos governantes com a Polícia Política, com apoio da imprensa, que publicava normatizações, editais, leis, decretos e as ações policiais. Portanto, as condições de produção do medo de uma invasão e da desconfiança entre vizinhos estremeceu relações e propiciou delações, apropriadas pela política institucional do momento. Na exposição estavam os símbolos desse medo que, dependendo do lugar social e das relações, o narravam

de diferentes formas. Os rumores e boatos que iam de boca em boca eram captados pela imprensa e se transformavam em verdades. As denúncias de que os alemães e italianos eram a “quinta-coluna” ou traidores da pátria reverberava em todas as relações envolvidas.

A imprensa noticiou a exposição, publicou imagens e discursos sobre o evento que repercutiram em todo o país. Além das autoridades e pessoas que a visitavam, havia grupos, como, por exemplo, escolares, ao que se pode depreender de uma função didática na formação de significados e apreensões do olhar. No dia 28 de julho de 1942, o professor Sálvio Oliveira, diretor do Grupo Escolar “Lauro Muller”, acompanhou os alunos e professores numa visita à Exposição de Material Nazista. Como tarefa, foi solicitada uma redação sobre as impressões da visita. Uma delas foi publicada no jornal *A Criança Brasileira*, um jornal dirigido aos alunos e à comunidade, produzido pelo próprio grupo escolar. No jornal, o aluno do primeiro ano, José Hamilton Duarte Silva, assim expressou seus sentidos e impressões:

No dia 28 de julho, à tarde, o nosso diretor, sr. Sálvio Oliveira, levou-nos à Secretária da Ordem Política e Social para vermos a exposição de utensílios de propaganda nazista. Existiam aí: bandeiras de seda, de um lado alemã e de outro lado brasileira; o busto do Hitler feito a canivete; um depósito para selos, em forma de tanque de guerra, tendo em cima a bandeira alemã; alguns quadros feitos com azas de borboleta. Havia, ainda, retratos de Hitler; condecorações com o distintivo alemão; livros, jornais, dicionários, revistas e álbuns; livros escolares ensinando o alemão; aparelhos radiotransmissor e máquinas de cinema. Encontravam-se também muitas armas alemãs; um canhão de fogo, espingardas, revólveres, pistolas. Visitamos também o presídio onde se encontravam muitos alemães presos.³

Numa leitura atenta, nota-se que o aluno estava bem informado sobre “os utensílios de propaganda nazista”, e os enumerava, numa narrativa que nos dá pistas para as representações que as crianças fizeram. É provável que sentissem medo, e que também tenham contado a seus pais e familiares o evento da visita, formulando imagens de inimigos. No final da redação, o aluno narra terem visitado “também o presídio onde se encontravam muitos alemães presos”, referindo-se ao campo de concentração para presos políticos na Trindade.

O presídio do qual fala o aluno era a Penitenciária Agrícola da Trindade, Florianópolis, criada em 1941, que, dentre outros, recebia presos políticos de guerra,⁴ e a partir de agosto de 1942 foi transformada em campo de concentração para prisioneiros considerados perigosos à segurança nacional. Em Santa Catarina, além deste, foi criado, na mesma época, o presídio político Oscar Schneider, em Joinville, com a mesma finalidade. Muitos detidos nas comarcas do interior do estado eram enviados para Florianópolis e internados na Penitenciária Agrícola como suspeitos de crimes contra a segurança nacional. O Ministério da Justiça considerava que

o internamento de “súditos de potência inimiga” era admitido pelo direito internacional, sem formalidades, mesmo que não houvesse indícios de “atividade criminosa” (PERAZZO, 1999, p. 200). Outra forma de isolar pessoas consideradas perigosas foi encaminhá-las ao interior do estado, pelo menos a cem quilômetros da costa do mar, com o objetivo de impedir que se comunicassem ou mantivessem relações com seus compatriotas. Foram montados vários campos de “afastamento”, sendo os mais conhecidos o de Bom Retiro e o de Timbé do Sul (FAVERI, 2004).

É possível conjecturar sobre os sentidos que cada aluno, e visitante, levou para a vida como experiência, ou aquilo que os tocou nessas visitas. A experiência é o resultado do que “nos toca”, como diz o educador Jorge Larrosa Buendía (2002), e as crianças, por certo, foram tocadas em suas subjetividades e a levaram na memória, cada qual com seus sentidos. A montagem da exposição foi pensada e elaborada de forma que os materiais ficassem dispostos e visíveis à apreensão do olhar; formariam opiniões e seriam divulgados na imprensa local, regional e nacional. As imagens devem ser lidas como reveladoras da ideologia, ou uma exposição montada de modo a permitir interferências nos sentidos das pessoas. Emiliana Silva contou que, quando jovem, visitou a exposição “por curiosidade”. “Levei um susto! Eu nunca tinha visto tanta arma junta!!! Um perigo, um perigo essa gente!”⁵ A ênfase no termo ‘perigo’ tem relação com as estratégias de controle e amedrontamento da população. Por se tratar de Florianópolis, cidade litorânea, havia algum tempo que as autoridades faziam acontecer simulações de ataques aéreos, obrigando, com o mesmo intuito, que as casas se mantivessem no escuro à noite.

A Exposição de Material Nazista em Florianópolis obteve ampla divulgação e cobertura através da imprensa local, estadual e nacional. O jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, no dia 14 de agosto de 1942, intitulou, em primeira página, “Material de Propaganda Nazista”, a que denominou de “A sensacional exposição organizada pelas autoridades policiais de Santa Catarina”, exibindo três imagens fotográficas com “bustos e livros de propaganda nazista, armas apreendidas e publicações infantis de propaganda hitlerista”. O enunciado cita que “Milhares de pessoas, não só deste Estado, como centenas de outras em trânsito, visitam diariamente a impressionante exposição de material nazista, franqueada ao público” na capital de Santa Catarina. Dizia tratar-se do “mais completo repositório do Ministério das Relações Exteriores do Reich, no sentido de criar no Brasil quistos raciais, tendentes a solapar os alicerces de nossa integridade”. Segundo a matéria, “A exposição, consta de um exemplar apenas de cada documento, símbolo, bandeira, dística, etc., apreendidos pela Polícia Política desde 1937, sendo que cerca de 18 caminhões desse material, em duplicata, foi destruído por ordem superior”.

Enfatizava, na mesma matéria do jornal *A Noite* as ações do Partido Nazista no estado, e no Brasil, tratando a exposição como um “manancial precioso para alertar os brasileiros sobre o perigo das atividades dos inimigos da Pátria”, enunciando o “trabalho afanoso e prudente mas enérgico que tem sido desenvolvido pelas autoridades catarinenses no sentido de destruir os perigosos focos que vinham procurando subverter a ordem e apunhalar traiçoeiramente o coração do Brasil”.

Do evento, fizeram-se notícias que tiveram longo alcance e, com certeza, foi comentado em rodas de conversas de pessoas comuns, entre os poderes da esfera pública e política e em todas as conversas que envolviam as três armas – Exército, Marinha e Aeronáutica. “A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2008, p. 139). É correto afirmar que o que foi noticiado passou por seleção conforme o crivo da censura, de forma que as palavras, os discursos, as imagens, o tom laudatório às autoridades policiais e governamentais evidenciam uma ideologia, a do Estado Novo.

A Exposição em São Paulo e no Rio de Janeiro

A imprensa, em geral, havia acompanhado o feito do Dops e noticiado a Exposição de Material Nazista em Santa Catarina. Publicava regularmente notícias sobre a guerra na Europa, mas a guerra interna estava em todas as edições, e nos esforços de eliminar tudo o que se considerasse “quistos étnicos” como empreitada da interventoria, na figura de Nereu Ramos. Numa dessas notícias, o jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, na data de 30 de maio de 1943, já com os preparativos para a transferência da exposição para São Paulo, em extensa reportagem, assim narrou:

A Delegacia de Ordem Política e Social organizou o material apreendido de acordo com sua natureza, facilitando ao visitante compreender os métodos de que os alemães lançam mão para a difusão de seus princípios ideológicos, acumulam-se, neste museu, muitas fotografias de manifestações nazistas...[...] Não faltam braçadeiras às dúzias com a cruz suástica – que hoje significa sangue e terror – brinquedos de crianças representando canhões e tanques, discos, material de cinema, etc. Chama a atenção a espantosa quantidade de livros, opúsculos, revistas, impressos todos exclusivamente em língua alemã, que foram (sic) arrecadados em quase todos os municípios do estado; a literatura infantil é fortíssima. Hitler é, porém, o material que mais gasolina consumiu para ser transportado do interior para a Capital: há Hitler de todos os tamanhos, de todos os modos (sic) - quadros a óleo, bustos, medalhões, desenhos, postais distintivos, fotografias (Hitler aborrecido, alegre, marcial, talvez amoroso, elegante, sentado, deitado, em pé...). [...] Há 1.654 armas diversas apreendidas de colonos alemães e há, até, um canhão, de fabricação norueguesa, calibre 37, marca Vaabenfabric, apreendido do alemão Richard Herman Henning, na Armação da Lagoa do Peri, distrito de Ribeirão, Florianópolis...”.

É evidente que estas notícias incitavam o imaginário de quem lia ou ouvia as notícias; formavam-se opiniões e se provocavam sentidos de curiosidade nos leitores. Por conta da já conhecida campanha de nacionalização junto à população devido à repercussão na imprensa, o assunto dos materiais recolhidos e expostos foi exaustivamente explorado pelos meios de comunicação, do que se depreende o interesse das autoridades em levar a exposição para outros estados. A convite da “Liga de Defesa Nacional” e da “Sociedade Amigos da América”⁶, sob a orientação de João Kuehne, comissário de polícia do estado de Santa Catarina, a exposição foi inaugurada em São Paulo na data de 6 de agosto de 1943, numa das salas da “Bandeira Paulistana de Alfabetização”, no 21º andar do Edifício Martinelli.

A imprensa deu ampla cobertura, sendo matéria de capa em todos os jornais da capital paulista, e também de outros estados. O jornal *Correio Paulistano*, no dia 6 de agosto, destacava “As criminosas atividades nazistas no sul do país”, anunciando-a como “exposição de material subversivo apreendido pela polícia brasileira”. Explicava que seu intuito era mostrar o “copioso material subversivo apreendido dos nazistas do sul, na qual se revelava, com eloquência, a obra nefasta que o nazismo, em criminoso conluio com o integralismo, vinha realizando naquele estado, a fim de minar a segurança nacional”.

Na imagem fotográfica publicada no jornal paulista (Fig. 2), os materiais são os mesmos que haviam sido expostos em Santa Catarina, como várias suásticas, quadros de Hitler, fotografias, livros didáticos, bandeiras, etc. Nota-se, na imagem, a bandeira do Brasil ao lado dos símbolos nazistas, mas com adulteração da original, descrito como afronta à bandeira nacional, provavelmente gerando sentimentos de indignação junto aos patriotas que viam o símbolo máximo do país, construído desde a tenra idade, sendo adulterado e profanado.

Figura 2 – As criminosas atividades nazistas no sul do país.



Fonte: Jornal *Correio Paulistano*, 6.8.1943.

O imaginário de pertencimento à nação brasileira e o respeito à bandeira eram conteúdo obrigatório na escolarização durante o Estado Novo; formava para o patriotismo e o sentido de nação. Lemos no jornal *Diário de São Paulo*, de 7 de agosto de 1943, a crônica de um professor que expunha suas impressões após a visita à exposição:

A campanha contra os métodos inescrupulosos dos ‘eixistas’, no seu trabalho de penetração no meio social brasileiro através da educação perniciosa da infância e da juventude, foi iniciada logo após o 10 de novembro de 1937. Livre dos entraves das camarilhas políticas, pôde o governo determinar prontas medidas para o ataque sistemático às escolas alemãs e japonesas que infestavam no interior.

O professor avaliava a campanha de nacionalização como “prontas medidas” do Estado Novo, instaurado no Brasil por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, como aquele que livrou o Brasil de uma educação “perniciosa da infância e da juventude” e “dos entraves da camarilha política”, à medida em que comandava o “ataque sistemático às escolas alemãs e japonesas que infestavam o interior”.

Observa-se, neste curto texto, a reprodução do ideário estadonovista de educação da infância e juventude para a brasilidade, bem como a política de fechamento das escolas alemãs colocada em prática nesse regime político.

A imprensa deu enorme destaque, como fez a *Folha da Noite*, de São Paulo, dia 6 de agosto de 1943, sob o título “A GESTAPO ORIENTAVA OS ALEMÃES DO BRASIL”,

detalhando os objetos expostos, com alusão ao material infantil apreendido, referindo-se às centenas de livros que formavam “a literatura nazista distribuída entre os colegiais”. Fazia menção a Hans Valter Taggessel, em cuja residência haviam sido encontradas cartas, e reproduzia o que se dizia numa delas: “Não me casarei com brasileira porque não quero que meus filhos nasçam sífilíticos”, insultando os brasileiros como um “verdadeiro teatro de macacos”. A imprensa reproduzia a mesma frase e a traduzia como “um insulto à dignidade da mulher brasileira”. Hans, engenheiro alemão residente em Lages, Santa Catarina, foi denunciado e processado pelo TSN em agosto de 1942⁷. No processo constam dos autos aproximadamente 100 páginas de cartas em alemão, traduzidas para o português, enviadas por Hans ao pai na Alemanha e a outras pessoas de suas relações, nas quais se leem preconceitos e racismo em relação aos brasileiros, além de muitas fotografias de Hitler encontradas em sua residência.

A Exposição de Material Nazista permaneceu em São Paulo até dia 19 de agosto de 1943, sendo vista, segundo a imprensa, por “milhares de pessoas”, por autoridades, membros da polícia, do Dops, por comissões dos Estados Unidos, estudantes e curiosos. Enfáticos discursos eram ali proferidos, como o de João Kuhene, publicado no jornal *A Noite*, em 11 de agosto de 1943:

A campanha que culminou com o desbaratamento da infiltração nazista em nosso Estado, foi iniciada logo após o advento do Estado Nacional, 10 de Novembro de 1937, pelo então secretário de Segurança, sr. Ivens de Araújo, seguida por seu sucessor, Francisco Gotardi, e depois pelo atual secretário, sr. Antônio Carlos de Mourão Raton, auxiliado pelo delegado de Ordem política e Social, capitão Lara Ribas. A sede do movimento nazista, que pretendia implantar em nossa terra os conhecidos métodos de brutalidade que vitimaram o povo alemão, estava localizada em Blumenau, com ramificações em todos o Estado de Sta Catarina, onde havia elementos alemães, filhos de alemães. Utilizavam-se, para atingir os seus fins, de organizações culturais e escolares, clubes esportivos, recreativos, etc., onde energicamente, as autoridades policiais foram obrigadas a intervir para fazer cessar sua ação perniciosa. À frente de algumas foram colocados oficiais do nosso exército, e outras foram definitivamente extintas, principalmente as de caráter tradicionalmente racistas.

O comissário de Ordem Política e Social destaca, ainda, os métodos de propaganda nazista, como sendo “de tal maneira audaciosa e dissolvente que o lema dos teuto-brasileiros era UM POVO, UMA VONTADE, UM ‘FUEHRER’”, que atingia, segundo ele, “o espírito de todos os descendentes de alemães por meio da cartazes e brochuras, projeções luminosas nos cinemas, em panfletos, bandeiras e outros múltiplos recursos”, o que “havia de culminar com a germanização do sul do Brasil”.

“CONSPIRAÇÃO NAZISTA CONTRA TODO O CONTINENTE”: em letras muito destacadas, a frase abria o jornal *Diário da Noite*, no dia 3 de junho de 1943 e anunciava “Em breve, no Rio, uma grande exposição do material de propaganda nazista, no Brasil” (Fig. 3).

A imagem fotográfica utilizada nesta reportagem de capa dá destaque a livros, especialmente livros didáticos, utilizados nas escolas alemãs e recolhidos na campanha de nacionalização. Ao subintitular como “Falsos sacerdotes para envenenar a juventude”, denuncia que a escolarização dos filhos dos imigrantes havia, por longo tempo, sido feita por professores de origem e língua materna, e professavam o ideário de suas pátrias. Desde 1938, com o Estado Novo, mulheres professoras de Santa Catarina foram chamadas para a ‘missão patriótica’ de abrasileirar as crianças e ensinar a língua nacional. As professoras se deslocavam do litoral do estado para lecionar nas colônias, e enfrentaram tensões nas relações étnicas, principalmente nas lides com a língua, já que nem os alunos sabiam o português, nem as professoras sabiam o alemão ou italiano.

Figura 3 – Conspiração contra todo o continente.



Fonte: Jornal *Diário da Noite*, 3.6.1943.

No Rio de Janeiro, a Exposição de Material Nazista foi inaugurada dia 27 de agosto de 1943, no edifício do Silogeo Brasileiro, a convite da “Sociedade Amigos de Alberto Torres”, com apoio da “Liga de Defesa Nacional” e da “Sociedade Amigos da América”. No dia 28 de agosto, o jornal *O Radical*, do Rio de Janeiro, informou, em matéria de capa, que “Doze mil pessoas visitam diariamente a exposição anti-nazista”, e que exibirá “filmes anti-fascistas, educativos e sobre o esforço de guerra da Nações Unidas”, um “serviço cinematográfico

patrocinado pela Coordenação dos Negócios Inter-Americanos”. Em 1943, as relações entre Brasil e Estados Unidos já haviam estabelecido uma forte política da “boa vizinhança”, e de claro alinhamento, inclusive com vantagens para o Brasil. No cenário latino-americano, o Brasil obteve empréstimos e financiamentos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda e para reforçar as Forças Armadas Brasileiras, o que lhe deu certa superioridade entre as nações do Cone Sul (PRADO, 1995). Ainda, organizou e enviou tropas para a Itália, através da Força Expedicionária Brasileira, para lutar contra o Eixo, o que evidencia os esforços da Coordenação dos Negócios Inter-Americanos para as relações econômicas internacionais e a economia do Brasil, evidentemente com benefícios imensos para os estadunidenses.

Conforme o Censo de 1940, a população do município do Rio de Janeiro era de 1.764.141, e, sendo a capital do país, é possível que muitas pessoas realmente visitassem a exposição. Segundo a matéria, “A exposição tem sido visitada por grande massa popular, calculando-se uma média de 12 mil visitantes por dia. Na tarde de ontem, além de inúmeros estabelecimentos de ensino, realizou-se a visita de uma grande delegação do 1º Esquadrão de Vigilantes do Ar”.

Como ocorreu em Florianópolis, também em São Paulo e no Rio de Janeiro escolas levavam seus alunos a estas visitas, do que se depreende um esforço em incitar as crianças e os jovens ao patriotismo. O jornal informava que a exposição “fica aberta diariamente, inclusive, aos domingos e feriados, desde as 10 horas, encerrado o expediente às 22 horas, até o dia 22 de setembro”. Nos dias em que a exposição foi exibida no Rio de Janeiro, a Liga da Defesa Nacional organizou serviços de alto-falante que, no intervalo de cada trinta minutos, irradiava frases como estas:

BRASILEIROS. O material exposto pela Polícia Catarinense, mostra que a quinta coluna tinha um punhal traiçoeiro, erguido contra o coração de nossa Pátria.

O material exposto pela Polícia de Santa Catarina, é uma clarinada estridente aos ouvidos dos brasileiros, alertando-os a manterem-se unidos em defesa da PÁTRIA.

Procurando solapar os alicerces da nossa Pátria imortal, os déspotas e tiranos nazi-fascistas criaram aqui a quinta coluna. Em Santa Catarina o Povo, auxiliado pela sua brava Polícia, mostrou o seu amor pela liberdade, esmagando-a.

BRASILEIROS. Que a obra nefasta dos inimigos da Pátria que esta exposição revela, vos sirva de aviso para que estejais cada vez mais vigilantes.⁸ (Grifos no original).

As frases são contundentes, sendo possível afirmar terem sido elaboradas para tocar os corações dos visitantes e, à medida em que denunciam os perigos de uma invasão, implícitos nas seguintes palavras: “[...] sirva de aviso para que estejais cada vez mais vigilantes”. Um dos

mais importantes jornais do país na época, *O Globo*, na edição de 23 de agosto de 1943, em matéria sobre a exposição, divulgou uma fotografia que intitula de “A BANDEIRA NAZISTA COMO TAPETE”, como podemos observar na imagem acima (Fig. 4).

A imagem é emblemática, e destaca:

Estes homens – oficiais e sargentos do Exército do Tio Sam, populares e jornalistas – dirigem-se ao recinto da Exposição Anti-Nazista, instalada no Edifício do Silogeu. Logo à entrada, um tapete para limpar os sapatos enlameados nestes dias de chuva: uma bandeira nazista aberta, de um a outro lado da porta (O GLOBO, 23.8.1943).

Figura 4 – A bandeira nazista como tapete.



Fonte: Jornal *O Globo*, 23/8/1943.

São oficiais do exército estadunidense que, numa clara demonstração de poder; humilham partidários do Eixo, pisoteando a suástica com lama do solo brasileiro. Muitos sentidos podem ser imaginados para esta imagem.

A exposição, com os objetos recolhidos durante a campanha de nacionalização forçada, somente foi possível com as apreensões realizadas pelo aparato policial organizado pela Secretaria de Segurança Pública e da Delegacia de Ordem Política e Social/Secção da Ordem Política e Social (Dops), em posições de hierarquia e ramificações. A interventoria, através do interventor federal Nereu Ramos, era respaldada pelos ministérios da Justiça, Exército, Marinha e Aeronáutica, tendo, portanto, recebido reforços tanto em homens quanto em armamento. Com isso, fortaleceu a Secretaria de Segurança Pública e seus departamentos. No que tange ao interventor Nereu Ramos, seu engajamento no processo de nacionalização e sua pouca simpatia pelos teuto-brasileiros tornavam-no imprescindível à repressão estatal, positivamente reconhecido na política nacional, e pela imprensa que apoiava as medidas governamentais.

Nereu Ramos era descrito pelo jornal *Nova Era*, de Rio do Sul, Santa Catarina, em 15 de agosto de 1943, como “um vanguardeiro da repressão anti-nazista no cenário brasileiro”, como alguém que, “propugnando pela liberdade de ação, nunca deu trégua ao nazismo em terras catarinenses, procurando debelar esse mal que tantos dissabores futuros nos iriam acarretar” e que sua “luta contra o nazismo em Santa Catarina”, e contra “o fascismo internacional”, lhe rendeu as láureas mais proeminentes da campanha efetivada no Brasil.

João Kuhene era chefe do Serviço de Ordem Política e Social em Santa Catarina (Dops) e foi um dos principais responsáveis pelo recolhimento dos materiais, montagem da exposição, bem como pela guarda de uma série de fotografias quando de sua edição em Florianópolis. Com este material, foram confeccionados: um álbum com colagens de recortes de jornais locais, regionais e de outros estados; o convite para a exposição; informes do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁹. Em posse da família Kuehne, era provável que tivesse sido produzido pelo próprio João Kuehne.

Figura 5 - Fotografia do Álbum, sem a capa.



Fonte: Acervo: Marlene de Fáveri.

Os recortes e imagens estão colados em folhas brancas, dispostos de maneira irregular, num conjunto de 63 folhas em formato retangular, nas dimensões de 50x35 cm. As folhas foram encadernadas a partir de uma borda em que estavam afixadas, através de dois orifícios, a uma capa de madeira, destruída por cupins¹⁰. Não há elementos que revelem alguma lógica temporal; nas primeiras páginas estão dispostas fotografias da exposição feita em Florianópolis; nas seguintes, aparecem coladas muitas matérias e reportagens de jornais, e documentos do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Percebe-se que foi montado depois da exposição feita no Rio de Janeiro em agosto de 1943, a considerar pelas datas das notícias que nele aparecem. O álbum, sem a capa, está em condições precárias, como se pode notar na imagem acima (Fig. 5).

Todo documento tem um tempo e um local de produção, intencionalidade. Enquanto memória, ou foi feito para ser guardado ou para transmitir. Relativamente a este caso em particular, pode-se perguntar: por que aquelas imagens e recortes foram selecionados, e não outros? Jacques Le Goff mostra que todo documento é resultado de uma “montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (1992, p. 536). Para o historiador:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado; é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” [...] “só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1992, p. 545).

Este álbum tem materialidade; foi produzindo com intenções de perpetuar uma determinada memória dos acontecimentos. Não há nenhuma matéria sobre como a população tenha vivenciado a repressão na ótica de pessoas que a sofreram, o que é compreensível, dado o objetivo laudatório de documentar a exposição e os relatos sobre ela.

As fotografias, num total de 12 e dispostas nas quatro primeiras páginas, foram impressas em papel especial, que possibilita uma maior durabilidade. Pelo que podemos constatar, tecnologia avançada de produção de imagens para a época. Sabemos que, se o instante da produção da fotografia não capta a realidade tal como é, a montagem e os objetivos das imagens da exposição conseguem passar a ideia do sentido da realidade que se pretendia informar à população. Elas mostram, de diversos ângulos, a exposição em Florianópolis, como se pode ver na foto a seguir (Fig. 6).

Figura 6: Fotografia da Exposição de Material Nazista em Florianópolis.



Fonte: Acervo: Marlene de Fáveri.

Figura 7: Fotografia da Exposição de Material Nazista em Florianópolis.



Fonte: Acervo: Marlene de Fáveri.

Figura 8: Fotografias coladas no álbum da Exposição de Material Nazista em Florianópolis.



Fonte: Acervo: Marlene de Fáveri.

Figura 9: Fotografias coladas no álbum da Exposição de Material Nazista em Florianópolis.



Fonte: Acervo: Marlene de Fáveri.

É perceptível a organização da exposição, com espaços para os visitantes circularem entre os objetos, o que sugere um cuidado com a intenção de oferecer um panorama amplo dos materiais recolhidos, evidentemente para tocar o sentido dos visitantes e formar imaginários de temor por aqueles que naquele momento eram considerados inimigos da pátria brasileira. Abrindo o álbum, o primeiro impacto que se sofre é o das fotografias, que abarcam o maior número possível de objetos, notadamente materiais didáticos, suásticas, armas, panfletos, com bandeiras de suásticas em destaque, flâmulas, fotografias de líderes nazistas, fotografias de Hitler, dentre outros. Pensada para guardar uma determinada memória da nacionalização e da campanha promovida pelo Polícia Política, os símbolos retratados tinham a intenção de evocar significados em quem os viesse a folhear, naquele momento ou no futuro, por se tratar de um documento/monumento que não deixaria o observador passivo. Nas análises de Ana Maria Mauad:

Nunca ficamos passivos diante de uma fotografia: ela incita nossa imaginação, nos faz pensar sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na imagem. Um indício, um fantasma, talvez uma ilusão que, em certo momento da história, deixou sua marca registrada, numa superfície sensível [...] (MAUAD, 1996, p. 15).

A Exposição de Material Nazista, produzida em Santa Catarina e depois montada nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, está ligada à história política do Brasil, no contexto da

campanha de nacionalização, num momento histórico de tensões que acabaram levando o Brasil a entrar na guerra. A exposição só foi possível como resultado dos esforços dos governantes em reprimir as populações ítalo-germânicas em Santa Catarina, conectada aos acontecimentos internos, bem como às relações internacionais de uma guerra mundial que colocava em lados opostos partidários do Eixo e dos Aliados. Adquiriu caráter simbólico, devidamente captado pela imprensa, tornando-se símbolo da luta patriótica contra o perigo nazista, ao mesmo tempo em que exaltava as ações da Polícia Política, o que se comprova por seu teor em tom laudatório.

A guerra, ou o palco das batalhas, aconteceu no além-mar, mas respingou forte nas áreas de colonização por imigrantes ligados aos países do Eixo. Essas famílias foram desestruturadas por prisões, desemprego, extorsões, desapropriações, perda de objetos de valor afetivo, recolhidos, não raro, com violência, pelos batalhões de infantaria e soldados preparados para exterminar quaisquer artefatos que lembrassem os países de origem. Se a maioria da população alvo das políticas repressivas não se encaixava nos conceitos de traidores da pátria, ou “quintas-colunas”, havia quem espionasse os que professassem ideias nazifascistas, racistas, xenóforas. A exposição documentou uma face das estratégias da guerra interna, mas que refletia as decisões da política externa e as relações internacionais.

Hoje, 74 anos após o final da Segunda Guerra Mundial, os esforços para eliminar as práticas fascistas na quase totalidade das as nações cujas populações sofreram os impactos da guerra, são visíveis. Entretanto, aquelas ideias não foram de todo extirpadas. Manifestam-se na intolerância para com as populações negras, indígenas, homossexuais, mulheres, em movimentos neonazistas que proliferam. Apareceram, inclusive, em manifestações durante as eleições do governante do Brasil, quando adeptos das ideias de eugenia se apresentaram com suásticas tatuadas. Em 1997, com a Lei nº 9.459, passaram a ser crime, no Brasil, manifestações de cunho nazista, conforme consta em seu parágrafo primeiro: “§ 1º - Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo”. Mesmo assim, ainda são recorrentes manifestações dessa natureza. Nos tempos atuais, a intolerância e o ódio estão visíveis na sociedade.

A Exposição de Material Nazista foi um acontecimento em seu tempo e espaço, nas teias das relações internacionais que promoveram uma guerra mundial. Fez promover as forças da Polícia Política e a imagem dos governantes. Os acontecimentos registrados durante a campanha de nacionalização - recolhimento de objetos, montagem da Exposição, seleção de matérias da imprensa, a montagem do álbum – fazem parte da memória histórica, das representações de mundo, e dos acontecimentos de sua época.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, como nos tempos atuais, evidenciam-se disputas de narrativas com os movimentos democráticos pelo controle estratégico do mundo, e que têm revelado a persistência de uma cultura política de intolerância. A existência de um profascismo na realidade brasileira, que se manifesta de forma especial nas manifestações de rua, bem como entre integrantes da esfera do poder político, pedindo o retorno de um regime autoritário e o fim das instituições democráticas, revela que o fantasma do fascismo continua rondando no cotidiano. Um tempo mais que presente no qual a violência alçada nas ideias fascistas reverbera, incontestante, reforçando autoritarismos, profascismos; numa sociedade de exclusões inerentes ao capitalismo em sua fase de esgarçamento. Mia Couto resume o que vivemos: “Em tempos de horror, escolhemos monstros para nos proteger”.

Referências bibliográficas

- ALVES, Paulo. O poder judiciário no Estado Novo. In: *História*, n. 12. São Paulo: UNESP, 1993.
- ATHAIDES, Rafael. *O Partido Nazista e o Brasil*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-partido-nazista-e-o-brasil>. Acesso em: 20 out. 2018.
- COELHO, Ilanil. *Joinville e a campanha de nacionalização*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993.
- DALCASTAGNE, Marcos. *Crimes contra a economia popular durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina (1942-1945)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina.
- DIETRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesc, 2007.
- FALCÃO, João. *O Brasil e a 2ª Guerra: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: UNB, 1999.
- FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC; Itajaí: UNIVALI, 2004.
- FIORI, Neide. Corporação militar e rumos da educação brasileira: o exército e a escola nos tempos do Estado Novo. In: *Blumenau em Cadernos*, t. XLII, n. 7/8. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, jul./ago., 2001.
- GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora USP, 1999.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Tradução Wanderley Geraldi. In: *Revista Brasileira de Educação*, jan./fev./mar./abr. 2002, n. 19. ANPED, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- LUCA, Tania Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKI, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interface. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. *Revista da USP*, São Paulo, SP, n. 26, 1995.

Recebido em 27/04/2020.

Aceito em 28/05/2020.

¹ *Diário Oficial da União*, em 12 de setembro de 1936. Ver ALVES, Paulo, 1993, p. 253-271.

² Nota anexa ao álbum memorialístico da Exposição.

³ *Jornal A Criança Brasileira*, nº 4 e 5, a. 1, 1942. Florianópolis.

⁴ Ofício Gab./969, de Etelvito Campelo D'Araújo, diretor da Penitenciária do Estado, a Ivo D'Aquino, secretário do Interior e da Justiça, em 24 de julho de 1941, sobre a criação da Penitenciária Agrícola da Trindade, “visando a reeducação profissional dos sentenciados e ao cultivo em larga escala de legumes e hortaliças para o consumo do estabelecimento [...]” Ofícios Recebidos da Penitenciária do Estado – 1942. Palácio do Governo. APESC. Ver FAVERI, 2004, p. 219.

⁵ SILVA, Emiliana B., 74 anos. Depoimento concedido em 29 de julho de 2000. Estreito, Florianópolis. In: FAVERI, 2004.

⁶ A *Sociedade Amigos da América* foi fundada no dia 7 de janeiro de 1943 como entidade de caráter nacional, voltada para o entrelaçamento dos países americanos e a luta contra o nazi-fascismo; à frente, militares, intelectuais, estudantes, comunistas, etc. (FALCÃO, 1999, p. 165-166).

⁷ Processo-crime n. 3.307 – Hans Walter Taggesell (Apelação n. 1.640). Fichário: Santa Catarina. Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Da página 5 à 107 do processo, estão as cartas em alemão; da página 108 à 124, as traduções para o português (FAVERI, 2004).

⁸ Documento colado no Álbum Comemorativo da Exposição.

⁹ Órgão criado em 1939, durante o governo de Getúlio Vargas e o Estado Novo, tinha como principais atribuições cuidar da censura e da propaganda. Foi extinto em 1945, com o fim do Estado Novo. Ver PANDOLFI, 1999, p. 167-178.

¹⁰ Este álbum me foi ofertado juntamente com uma primeira edição do livro *Um punhal Nazista no coração do Brasil*, de 2000, por Mário Kuhene, filho de João Kuhene, então aluno do curso de História da Udesc. Será destinado ao acervo do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas – IDCH/UDESC.